



ATA REUNIÃO ORDINÁRIA CACS/Fundeb

Aos **dezenove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um**, às 18h, de forma presencial na Casa dos Conselhos, os Conselheiros Etelvina Rossi, Cléber Múcio Moraes, Márcia Helena de Resende e Sérgio Luiz Paulo Graciano encontraram-se em Reunião Ordinária conforme pauta da sessão. Como **Expediente** do dia apresenta-se: 1.2- Leitura e aprovação da Ata de Reunião realizada no dia 21/10/2, 1.3- Discussão dos aspectos da ausência de infraestrutura do CACS face aos documentos expedidos aos órgãos competentes, 1.4- Notificação ao Poder Executivo Municipal sobre a omissão no dever de assegurar as condições para a execução plena das competências do Conselho, 1.5- Situação de inadimplência do município juntos aos Governos Estadual e Federal, 1.6- Necessidade de regularização de ato de recomposição do Conselho, 1.7- Descumprimento do Regimento Interno por parte de Conselheiro do CACS, Art.26 e Art. 27, 1.8- Regularização do Simec para prestação de contas do CACS, 1.9- Renovação de senha e cadastro sistema Sigecon; como **Entrada de Processos**, apresenta-se: Folha de Pagamento da Secretaria Municipal de Educação referente ao meses de Agosto, Setembro e Outubro de 2021; **como Outros Assuntos**, apresenta-se: 3.1 – Agendar Reunião Extraordinária para apresentação da Análise das Folhas de Agosto, Setembro e Outubro, 3.2- Ofícios não respondidos pela SEMED: Ofício/CMACSFUNDEB/N022/2021 - relatório de análise da folha de pagamento, Ofício/CMACSFUNDEB/N021/2021-reiteraçãoofícios018/2021, Ofício/CMACSFUNDEB/N020/2021- reiteração ofício 016/2021, Ofício/CMACSFUNDEB/016/2021- recomposição do CACS, Ofício/CMACSFUNDEB/015/2021 a recomposição do CACS. Os conselheiros Maria Aparecida Justo Filha, Joana D'arc de Souza Dias, Liamara Verdolim, Mauro Júnior Moraes de Oliveira, Lívia Cristine de Carvalho Fernandes, Amaro Ivanilton Braga, Sheldon Augusto Soares de Carvalho, Eliane Cristina da Costa, Patrícia dos Santos de Paula Graziela Peixoto, Mara Cristina de Souza, Adriana Rosária Henriques

Bernardo justificaram sua ausência com a Presidente por mensagem no Whatsapp e/ou e-mail. O vice-presidente citou que observou mensagem em um grupo de discussão no Whatsapp onde os Conselheiros Moisés Mota da Silva, Vera Adriana da Silva e Liamara Verdolim justificaram sua ausência nas atividades do conselho com o objetivo de preservarem sua idoneidade moral e aguardam manifestação do Ministério Público sobre as denúncias expostas por eles. A Presidente Etelvina Rossi abriu a sessão e apresentou o Presidente do Conselho Municipal de Educação (CME), Roberto Santana. Explicou que o convidou para a Reunião Ordinária a fim de dar a oportunidade que algumas questões fossem esclarecidas aos Conselheiros e também a todos que tivessem o interesse por essa ata visando o expediente da mesma, bem como os últimos acontecimentos que envolvem este Órgão. Justificou que pela ausência de quórum não será deliberada a Ata da reunião anterior que trata da deliberação sobre o Relatório Demonstrativo – MAVS SIOPE 2º BIMESTRE 2021, ficando para pauta da próxima reunião. A Presidente convidou então o professor Roberto para a palavra. Ele abriu sua fala dizendo sobre a importância dos Conselhos da Educação estarem sempre juntos e lembra que tanto ele, quanto a Etelvina tem promovido esses encontros, inclusive com o Conselho da Alimentação Escolar (CAE). Etelvina ressaltou que as Presidências dos três conselhos têm sempre se encontrado para discutirem os assuntos pertinentes à qualidade da educação municipal e acreditam que assim se fortalecem como Controle Social. Lembrou também que se colocam à disposição da Câmara dos Vereadores, da Procuradoria e do Prefeito Municipal para esclarecimentos de dúvidas e levar sugestões de pautas junto a esses órgãos, respeitando a competência de cada um. Roberto citou as competências dos Conselhos que são da Educação e explicou que o CACS/Fundeb é um órgão mais fiscalizador dos investimentos na educação e o CME tem função deliberativo e fiscalizadora. Assim, todas as propostas que influenciam na educação do Sistema Municipal devem ser encaminhadas pela SEMED, serem discutidas e aprovadas pelo CME que posteriormente, o CME pode encaminhar ao FUNDEB para a fiscalização do recurso público. Já o FUNDEB avalia se o recurso foi gasto da forma correta, se houve prestação de contas em tempo hábil. Se houver dúvida, o Executivo é chamado para os devidos esclarecimentos ou reorganização do referido recurso. Ainda, o Conselheiro ressaltou que os Conselhos são órgãos independentes e sem subordinação ao Executivo. Etelvina complementou que na Lei do FUNDEB tem expressamente definido que “com

organização e ação independentes e em harmonia com os órgãos da Administração Pública Municipal e atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.” O Executivo planeja e executa as ações que precisam anteriormente, serem apresentadas ao CME para sua validação. Roberto colocou que está preocupado com o que vem acontecendo nesses dois Conselhos e as informações desconstruídas e divulgadas na comunidade educacional. Pediu que gostaria de esclarecer alguns pontos: 1- sobre a reunião agendada pela Conselheira Liamara, dizendo que era uma reunião do FUNDEB não poderia ter sido tratada dessa forma. O Regimento é claro em relação à convocação de reuniões pelos conselheiros, conforme já foi explicado pela Presidente em Carta Aberta. Destacou que leu a ata da referida reunião, onde tinham seis conselheiros do FUNDEB presentes e mais de outras cinquenta pessoas aleatórias, conforme lista de presença divulgada com nome e e-mail, que acredita serem convidadas dos representantes do Sindicato dos Servidores Municipais que estavam presentes. Roberto destacou sua preocupação com os posicionamentos elencados que podem configurar em ingerência, ou seja, órgãos como o Sindicato e o Executivo estão influenciando em decisões do CACS/Fundeb, bem como, tentando denegrir a imagem da Presidência e demais conselheiros. Inclusive já sugeriu ao Secretário Municipal de Educação que os representantes da SEMED no FUNDEB, no CAE e no CME são a figura do Secretário e assim o mesmo deve orientá-los quanto ao caráter independente, autônomo e não subordinado ao Executivo Municipal. Falas como aquelas da referida ata podem confundir os presentes e dar incredibilidade nas ações do FUNDEB. Sabemos que apesar das reuniões dos Conselhos serem públicas, há pouca participação do povo. Mesmo em relação aos Conselheiros, cada um tem seus afazeres, trabalho, família, são voluntários. Etelvina reforçou necessidade de se manter um diálogo saudável, respeitoso e fortalecer os conselheiros ao trabalho e que essas falas descontextualizadas só prejudicam. Cléber disse ao Roberto que há alguns posicionamentos, até mesmo de Conselheiros, dizendo que tem repasses que não são da competência deste Conselho e percebe que colocam empecilhos para serem fiscalizados. O Presidente do CME explicou que todos os recursos financeiros recebidos pela educação são de fundamental importância que o FUNDEB tenha conhecimento, entendimento e avalie. Todos são passíveis de discussão. Explicou, por exemplo, que poderão haver “manobras” da gestão, que, de certo ponto, não são ilegais, mas também não são a

forma melhor de aplicar o recurso. O FUNDEB fiscaliza tudo: cargo comissionado, os recursos próprios da Prefeitura, licitações, folhas de pagamento. Ressaltou que é preciso lembrar que se trata de dinheiro público, vindo dos nossos impostos e dever de qualquer cidadão. Se o Fundeb achar algo que esteja “errado” ou incorreto e não é da sua competência vai encaminhar ao órgão competente. Roberto destacou que foi Presidente do Fundeb no mandato anterior à Etelvina e ressaltou sobre a importância desse acompanhamento das contas públicas. Por isso, os Conselhos da Educação precisam estar interligados a fim de dialogarem em seus processos. Isso ajuda o Executivo, que é quem planeja e executa as ações, a acertar mais do que errar. As atribuições do Fundeb são muito bem definidas pela legislação, por exemplo, o assunto Precatório, amplamente discutido atualmente e que está gerando dúvidas por causa das falas descontextualizadas, não é assunto do Fundeb. Essa é uma discussão ainda do Governo Federal, e estão aprovando ainda a possibilidade e os meios desse repasse aos Profissionais da Educação. Outro assunto em pauta entre os educadores no momento é a questão do abono do 14º salário. O Fundeb não vai definir quem vai ser pago, se isso acontecerá, quando ou quanto será pago. Ressaltou que esses assuntos são relevantes aos servidores municipais e destaca que precisamos entender, enquanto conselheiros, que este órgão não é um mecanismo de pressão do Executivo. Os Conselhos devem trabalhar junto ao Executivo e entende que, se os servidores têm algo para “pressionar”, a nível salarial, por exemplo, devem recorrer à representatividade da categoria. Portanto ainda colocou que se os Conselhos ficam discutindo temas que não são deles ou questões infundáveis, o serviço fica parado e muitos conselheiros se desanimam pelo caminho. Etelvina pontuou a quantidade de informações que na Pandemia todos receberam e relatou que isso realmente é muito cansativo. Destacou que está inserida em muitos grupos da escola que trabalha e de outras atividades que participa, e que por não conseguir dar atenção a esse grupo de discussões do Whatsapp, preferiu se ausentar. Na oportunidade, explicou que criou um grupo oficial do Fundeb fechado para interações, para que ela e o Cleber, vice-presidente, possam colocar comunicados e documentos. Registrou que percebe que facilita o entendimento de todos e dá transparência aos assuntos, pois alguns conselheiros não abrem e-mails todo dia e o grupo facilita essa comunicação. Lembrou que os dois deixaram seus números privados a disposição de todos para dúvidas, sugestões e qualquer esclarecimento pertinentes ao CACS. Roberto ainda

colocou que os Conselhos da Educação estão com dificuldade na infraestrutura e ressaltou o cuidado que os Conselheiros precisam ter, pois pode ser uma ação “clara e direta” da gestão para desestruturar. Também é importante observar que as diversas discussões desestabilizam, bem como, fazem as pessoas brigarem entre si enfraquecendo os Conselhos. Avaliou que é fundamental a garantia dessa infraestrutura de recursos e pessoal administrativo para manter os Conselhos organizados e com os documentos em dia. Já há muitos entraves por causa do serviço público, muitos ofícios que não são respondidos ou demoram as providências do Executivo. Citou que, por exemplo, a professora Gildéia Campos, que é representante do Sindicato dos Servidores Municipais, uma das que está pleiteando essas manifestações recentes, foi Presidente do CACS/Fundeb no mandato anterior ao seu. Ressaltou que quando o mesmo assumiu a Presidência, vários assuntos estavam pendentes, como cadastros e informações do governo federal. Observou também que faziam poucas reuniões para deliberação, com mínimos registros e poucos Conselheiros participavam. Relatou que, na época, precisou realizar uma reunião com a mesma a fim de esclarecer os assuntos referentes ao seu mandato e as prestações de contas. Etelvina lembrou que o CACS/Fundeb no município vem ganhando corpo e responsabilidade nos últimos anos por causa da demanda de trabalho que, a nova lei implementada pelo governo federal, propõe, e também o trabalho sério e dedicado dos Conselheiros. São inúmeros programas que passam pelo Fundeb e a essa prestação de contas tem assuntos específicos que dificultam esse trabalho. Roberto lembrou que na época da sua Presidência precisou entrar em contato com o FNDE para organizar o Conselho e os documentos. Passou praticamente dois anos nesse trabalho de colocar a “casa em ordem”. Conseguiu um acordo com o Presidente na época do CME para compartilhar o espaço de trabalho, computador, sala e também a secretária que prestava serviços. Ressaltou o trabalho da Presidente Etelvina que desde quando assumiu, vem mantendo a proposta “redondinha”. Lembrou que foi o vice-presidente e posteriormente, se ausentou do CACS/Fundeb, onde pela nova Lei, Etelvina e Cléber assumiram a Presidência, eleitos democraticamente pelos demais Conselheiros. Etelvina diz que Cléber tem contribuído muito, apesar da pouca experiência na educação. Sua experiência como líder para resolver os conflitos e Gerente Geral da CAIXA FEDERAL, agrega bastante ao trabalho do CACS, representando as Organizações da Sociedade Civil. Disse que percebe que o

mesmo valoriza a educação e luta pelo Controle Social como órgão que contribui na gestão pública. Ressaltou que todos os Conselheiros estão sempre estudando e cada um sabe uma coisa, essa é a importância das representatividades. Os Conselheiros dizem do respeito à Presidência, ao decoro, inclusive ao determinado pelo Regimento Interno do CACS que é atribuição do Presidente representar o Conselho em juízo e fora dele, bem como, dar andamento às demandas do órgão. Roberto solicitou que os Conselheiros conversem entre si para esclarecer essas dúvidas e se fortalecerem. O Conselheiro Sérgio lembra que inclusive no Regimento são destacados esses procedimentos. Citou que quando tem dúvidas recorre aos colegas Conselheiros que se ajudam, disse que às vezes são temas difíceis de serem compreendidos, com inúmeros detalhes e como as reuniões têm sido virtuais, isso ainda é mais complexo. Além do mais se há muitas discussões de assuntos diversos ao da pauta do momento, por exemplo. Roberto destacou que qualquer Conselheiro pode sugerir ao Presidente pautas e mesmo pedir vistas aos processos que por ventura ainda suspeitam de irregularidades ou que precisam ser estudados mais aprofundadamente. Para isso há um trâmite correto, inclusive podem pedir apoio a outros órgãos de assessoria. O CME faz isso em muitas vezes e os Conselheiros têm essa prática. Mandam os assuntos a Presidência, via e-mail, que coloca na pauta de discussão oportunamente. Etelvina relatou que já foi explicado esse trâmite por diversas vezes, mas infelizmente alguns Conselheiros ainda tumultuam o grupo no Whatzapp com as demandas desses assuntos e discussões intermináveis não mantendo objetivamente o assunto, que por vezes, sério e importante, é deixado para depois. Etelvina explicou que ainda em relação à infraestrutura existe um *Termo de Acordo Judicial* celebrado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Município de Conselheiro Lafaiete, datado de 13/07/2015. Nesse Termo, o Município de Conselheiro Lafaiete, reconheceu a procedência e comprometeu-se a "*Disponibilizar, dentre os servidores efetivos deste Município, pessoal para exercício de trabalho administrativo de apoio, sendo um (01) para os Conselhos Municipais vinculados à área de desenvolvimento social; um (01) para os Conselhos Municipais vinculados à área da educação; um (01) para o Conselho Municipal da Saúde e (01) um para os demais Conselhos Municipais.*" Inclusive Roberto e Etelvina já conversaram com o Prefeito, o Procurador Municipal e o Secretário Municipal de Educação sobre essa questão. Esclareceu que os mesmos não entendem ou parece não reconhecerem essa necessidade de

cumprimento ao TAJ, e assim foi enviado ao Ministério Público um pedido de manifestação pelo CACS. Etelvina explicou que se torna fundamental esse apoio administrativo, inclusive assegura também um veículo para visitas in loco. Como já foi dito, com a nova Lei do FUNDEB, a demanda de trabalho aumentou e tende aumentar ainda mais. Além de ter uma pessoa para secretariar o Conselho, organizar os documentos e realizar as tarefas correlatas, é necessário que também possa acompanhar as demandas os sistemas do governo federal. Na oportunidade, Etelvina explicou ao Procurador Municipal que o CAE precisa também dessa infraestrutura. Aproveitando o ensejo desse assunto, Roberto esclareceu que a servidora Daiane Rodrigues, efetiva do quadro da Educação, presta serviços secretariando o CME já há alguns anos e por proposta do antigo Secretário, recebia uma gratificação em portaria para secretariar também o Fundeb. Em acordo entre os Conselhos por serem temas afins, o trabalho estava fluindo, e assim, o FUNDEB dividia espaço físico, equipamentos e de pessoal, com o CME. Com a dispensa da Secretária pelo Executivo, a Presidente Etelvina fez essa solicitação ao Secretário Municipal de Educação, que se cumpra o TAJ, mas até a data de hoje, ainda nada foi resolvido. Etelvina ainda relatou que hoje esteve em conversa com o Procurador Municipal expondo mais uma vez a necessidade do CACS. Explicou que o FUNDEB, com a saída da Secretária, perdeu certa estrutura que tinha. Aproveitou a oportunidade desse encontro para convidar a Secretária de Desenvolvimento Social que é a responsável pela Casa dos Conselhos para essa reunião. A Secretária disse dos ofícios demandados para resolução de alguns problemas da infraestrutura da Casa e o Procurador se comprometeu a resolvê-los, como: retirada de bens inservíveis, troca da caixa d'água, verificação da qualidade da água da Casa, conversa com o Consep sobre espaço físico, infestação de pombos, reparo do computador do CME e outros. Etelvina relatou ao Procurador Municipal que a internet da Casa é de 5Mb e que não abre alguns sites dos Programas Federais. Ele disse que também é o que ele usa em sua sala. Com o Procurador, Etelvina ainda reiterou sobre a falta de apoio administrativo e sua preocupação em relação aos dados que precisam ser alimentados nos Sistemas Federais, e o Procurador justificou que o Secretário Municipal de Educação disponibilizou uma servidora que trabalha na SEMED para realizar esse serviço. A Presidente do CACS respondeu ao Procurador que encaminhou ao Secretário justificativa para que essa servidora não preste tal declaração, pois além de ser comissionada é a mesma que realiza a

alimentação desse sistema pelo Executivo. Assim, entende que há conflito de interesse. Enfatizou que o órgão fiscalizado não pode agir para o fiscalizador e vice-versa. Roberto argumentou com os Conselheiros sobre o princípio da impessoalidade e explicou a necessidade desse apoio técnico ao CACS pelo TAJ e também por lei, que garante que a infraestrutura de funcionamento dos Conselhos deve ser disponibilizada pelo Executivo. Roberto explicou também que por exemplo, a Presidência dos Conselhos não pode ser ocupada por pessoas com cargos do governo municipal. Isso fere esse princípio. Roberto citou ainda o caso da Secretária Daiane de que foi perseguida pelo antigo Secretário Municipal de Educação, inclusive assediada moralmente na frente de outras pessoas dentro da SEMED e falou sobre a importância dos Conselhos estarem fixados na Casa dos Conselhos que por lei é o lugar do Controle Social. Etelvina prosseguiu a reunião dizendo dos documentos da pauta e ressaltou que a participação e esclarecimentos do Presidente do CME foram muito pertinentes ao momento. Dando prosseguimento à pauta, a Presidente, apresentou a notificação ao Poder Executivo Municipal sobre a omissão no dever de assegurar as condições para a execução plena das competências do Conselho, conforme já foi explicado anteriormente e disse que o documento na íntegra encontra-se disponibilizado no grupo já há um tempo. Sobre a situação de inadimplência do município juntos aos Governos Estadual e Federal, a Presidente relatou que realmente está em atraso, já foi aprovado pelos Conselheiros o 2º Bimestre e aguarda que o Executivo disponibilize um apoio administrativo para que o Conselho possa continuar seus trabalhos de forma efetiva. Explicou que esse servidor além de Secretariar o CACS deve prestar um serviço de assessoramento que engloba, além de outros: SIGECON (apoio na solicitação de senha e orientações quanto aos pareceres conclusivos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, Programa de Apoio ao Sistema de Ensino para atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e Parecer Conclusivo dos Educação Infantil Novos estabelecimentos, Novas Turmas, Fomento a Escolas em Tempo Integral), o MAVS SIOPE (orientações quanto ao aval do Secretário e do presidente do CACS FUNDEB nas prestações de conta do SIOPE), O CACS FUNDEB (apoio no cadastro dos membros do conselho no sistema CACS FUNDEB), O SIMEC (apoio e solicitação de senha no SIMEC para o aval de prestação de conta do PAR), a PRESTAÇÃO DE CONTAS TRIBUNAL DE CONTAS (apoio e orientação quanto ao parecer conclusivo junto ao Tribunal de Contas), a PRESTAÇÃO DE CONTA DAS

OBRAS (apoio na prestação de conta da aba “Cumprimento do Objeto” e “Execução Financeira”), a CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS (ajudar quanto a origem de cada recurso, regulamentação do FUNDEB, as ponderações por etapa e modalidade de ensino; valor aluno anual; previsão de recursos para cada município; as despesas e investimentos possíveis com cada recurso da educação, conforme o artigo 70 e 71 da LDB e aplicação dos recursos), os PROGRAMAS SUPLEMENTARES E CONVÊNIOS (assessoramento no acesso aos programas suplementares para educação e convênios para ampliação de recursos para educação), o CENSO ESCOLAR (encaminhamento dos dados estatísticos que alicerçam a operacionalização do Fundo, possibilitando ao Conselho a supervisão do censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária Anual), os REGISTROS CONTÁBEIS (apoio da análise dos registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo). O Conselheiro Sérgio colocou que realmente é muito trabalho e sempre que precisava pedia ajuda para a Daiane e ela sempre foi solícita a ajudar. Sobre a necessidade de regularização de ato de recomposição do Conselho que está na pauta, Etelvina colocou que realmente há representatividades em vacância e que aguarda resposta do Decreto. Inclusive sobre a representatividade do Sindicato dos Servidores que o órgão encaminhou a professora Gildeia Campos como conselheira, mas a SEMED ainda não providenciou o Decreto. Etelvina enfatizou que foi uma das coisas em que a atacaram, sendo que o que era de sua competência enquanto Presidente foi realizado. Esclareceu que com essas últimas discussões, denúncias infundadas, falas desencontradas, sentiu muitos conselheiros desanimados e alguns até disseram que se sentem envergonhados de estarem nesse papel, pois são cobrados dos colegas, aqueles também da Educação. Etelvina colocou que hoje recebeu o desligamento da professora Cleide Faria, representante dos Diretores Municipais. Recebeu essa notícia com pesar, pois é uma servidora que pode contribuir muito como Conselheira. Explicou assim, que o CACS precisará encaminhar novas solicitações de Decreto ao Executivo e que com o impacto desses dias anda realizando conversas com os Conselheiros a fim de motivá-los a esse trabalho voluntário em prol de todos da educação e de relevância social. Roberto comentou sobre a importância em “arrumar a casa” e que os Conselheiros não devem deixar essas discussões desestabiliza-los. A pressão realmente é grande, principalmente em cima dos Conselheiros que trabalham na

Rede Municipal. É notório que a cidade é pequena e as pessoas se conhecem, tem vínculo de amizade e se sentem constrangidas com tamanha falta de decoro por parte de alguns. Roberto coloca seu telefone à disposição de todos os Conselheiros do FUNDEB para essa parceria. O vice-presidente Cleber colocou sobre a competência do Conselheiro Roberto e a experiência tanto da Etelvina quanto dele com os Conselhos. Sobre a situação de inadimplência do município juntos aos Governos Estadual e Federal, a Presidente colocou sua preocupação em resolver o quanto antes a situação e vem cobrando do Executivo um posicionamento e como dito, encaminhou ao Ministério Público a situação e aguarda manifestação. Já foi analisado, discutido e aprovado pelos Conselheiros o 2º bimestre do MAVS/SIOPE. Agora falta informar no Sistema. Assim que for informado, o site libera o próximo bimestre para avaliação e assim sucessivamente. Somente a ata dessa reunião de aprovação ainda não foi aprovada, seria nessa reunião, mas não há quórum dos Conselheiros. A Presidente informou que também expiraram-se as senhas de acesso, bem como é necessário realizar atualização de Cadastro. Isso também foi alvo de denúncia infundada, os Conselheiros estão devidamente cadastrados, mas só aparece no Sistema o nome da Presidência e está anexado o Decreto contendo todos os Conselheiros. Etelvina colocou que foi muito falado esses dias também sobre a transparência. Ressaltou que as reuniões dos Conselhos são públicas e estão bem-vindos todos que se interessam pela Educação e têm algo a contribuir. As Reuniões Ordinárias são mensais e há algumas extraordinárias dependendo das demandas. Aproveitando a oportunidade, a Presidente, esclareceu que a última reunião ordinária precisou ser remarcada para a data de hoje, pois foram pegos de surpresa com a questão da retirada da secretária. Explicou que é um ajuste que a Presidência pode fazer e que foi devidamente explicado, procurando evitar transtornos e prejuízos, não justificando tamanha confusão. Etelvina manifestou, como Presidente que respeita a organização sindical, bem como, considera importante sua participação nos direitos dos servidores conforme demanda a qualidade da educação pública e está sempre disposta a esse diálogo e traz essas questões para o CACS, conforme fez todo o empenho em realizar a reunião na Câmara para tratar da infraestrutura das escolas públicas, onde convidaram o Sindicato dos Servidores. Mas ressaltou que este órgão e nem outro pode interferir nos assuntos tratados pelo FUNDEB. A Presidente solicitou a todos os Conselheiros que se atentem ao Regimento a fim de não gerarem situações desnecessárias, que

não colaboram em nada ao CACS e são passíveis de advertência. Etelvina colocou que ouvindo alguns conselheiros viu a necessidade de realizar uma experiência com a reunião presencial já que os índices de segurança sanitária estão melhores no município. Os Conselheiros Sérgio e Márcia disseram que realmente é importante por causa do vínculo com os demais conselheiros, bem como, melhora o entendimento das pautas e discussões. Ainda a Presidente colocou que encaminhará em breve a folha de pagamento de outubro para análise deste órgão, as de agosto e setembro já foram encaminhadas. Disse que é preciso também marcar reunião Extraordinária para avaliar algumas demandas de Programas que estão pendentes. O Conselheiro Sérgio disse que reconhece todo o trabalho da Presidente, que também acompanhou seu trabalho no CME quando o mesmo foi membro. Destacou a sua dedicação, espontaneidade, afirmando que é batalhadora, e que busca informações para auxiliar os Conselheiros. Etelvina agradeceu as palavras afetuosas do Conselheiro, e que lamenta as acusações e exposições que anda sofrendo, relatando que já passou por várias perseguições e que ser Conselheiro é difícil mesmo, ainda mais quando se está como liderança. Explanou que recebeu muitas ligações de colegas querendo tirar dúvidas e dando apoio ao trabalho que o CME e o CACS vêm realizando, apesar desses entraves. A Presidente disse que faz um trabalho em parceria com o vice-presidente, Cléber, que tem se mostrado parceiro e atento. Os dois se colocam à disposição de todos para quaisquer outras informações que ainda não ficaram claras. Nada mais havendo a tratar, eu Etelvina Rossi, lavrei esta ata que foi aprovada pelos presentes. Conselheiro Lafaiete, 18 de novembro de 2021.